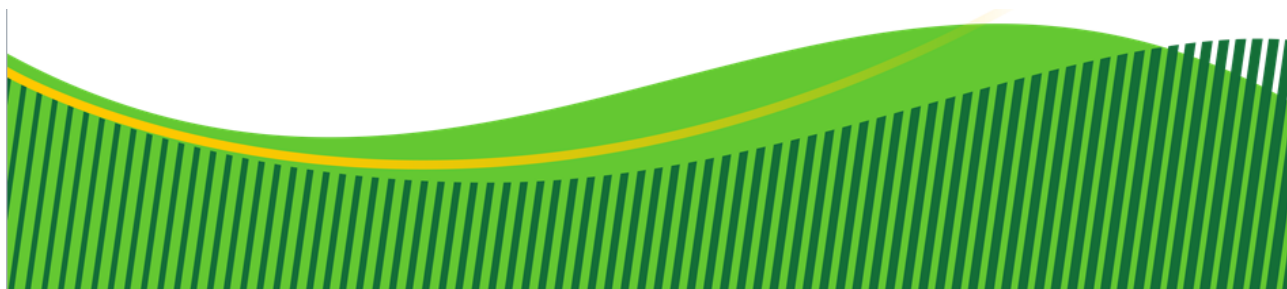


# Relatório Anual 2017

## Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Carlos Barbosa - Sicredi Serrana RS

Diretoria Executiva de Administração  
Superintendência de Controladoria  
Gerência Contábil





Centro Empresarial Mostardeiro  
Av. Mostardeiro, 322  
10º andar – Moinhos de Vento  
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500  
Fax: +55 51 3204-5699  
www.ey.com

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Carlos Barbosa - Sicredi Serrana RS

Carlos Barbosa - RS

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Carlos Barbosa - Sicredi Serrana RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Carlos Barbosa - Sicredi Serrana RS em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC – 25P015199/O-6



Dario Ramos da Cunha  
Contador CRC – 13P214144/O-1

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Carlos Barbosa - Sicredi Serrana RS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Carlos Barbosa - Sicredi Serrana RS  
CNPJ/MF nº 90.608.712/0001-80

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.514.997</b>	<b>1.260.578</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>520.012</b>	<b>365.159</b>
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	20.115	18.089	DEPÓSITOS (NOTA 12)	277.488	198.244
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	215.114	206.082	Depósitos à Vista	179.573	122.046
Carteira Própria	215.114	206.082	Depósitos Interfinanceiros	-	54
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	803.139	665.502	Depósitos a Prazo	97.915	76.144
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	13	6	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	165.603	103.661
Depósitos no Banco Central	11	94	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	5	-
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	-	3	Repasse Interfinanceiros (NOTA 13)	165.598	103.661
Correspondentes no país	38	52	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	2.606	1.988
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	803.077	665.347	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.606	1.988
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	433.186	338.499	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	8.746	8.771
Operações de Crédito	449.697	355.394	Empréstimos País - Outras Instituições	8.746	8.771
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(16.511)	(16.895)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	65.569	52.495
OUTROS CRÉDITOS	40.901	29.681	Cobrança e Arrecadação de Tributos	281	77
Créditos por Avals e Fianças Honradas	290	142	Sociais e Estatutárias	8.111	6.017
Rendas a Receber	2.588	2.218	Fiscais e Previdenciárias	2.280	2.118
Créditos Específicos	153	140	Diversas (NOTA 15)	54.897	44.283
Diversos (NOTA 08)	38.611	27.660			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(741)	(479)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	2.542	2.725			
Outros Valores e Bens	2.520	2.744			
(Provisão para desvalorização)	-	(50)			
Despesas Antecipadas	22	31			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>280.619</b>	<b>201.912</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.039.906</b>	<b>903.631</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	280.619	201.912	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.039.906	903.631
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	-	6	DEPÓSITOS (NOTA 12)	1.013.034	882.448
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	6	Depósitos a Prazo	1.013.034	882.448
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	231.824	156.636	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	9.888	4.199
Operações de Crédito	248.242	173.430	Repasse Interfinanceiros	9.888	4.199
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(16.418)	(16.794)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	16.984	16.984
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 08)	2	2	Diversas (NOTA 14)	16.984	16.984
Diversos	2	2			
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	24.741	24.741	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>235.698</b>	<b>193.700</b>
Outros Investimentos	24.741	24.741	CAPITAL SOCIAL (NOTA 17)	104.248	92.253
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	16.201	13.492	De Domiciliados no País	104.270	92.294
Imóveis de Uso	3.412	351	(Capital a Realizar)	(22)	(41)
Outras Imobilizações de Uso	25.990	24.516	RESERVAS DE SOBRAS	120.915	93.525
(Depreciação acumulada)	(13.201)	(11.375)			
INTANGÍVEL (NOTA 11)	7.851	7.035	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	10.535	7.922
Outros Ativos Intangíveis	14.798	12.192			
(Amortização acumulada)	(6.947)	(5.157)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.795.616</b>	<b>1.462.490</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.795.616</b>	<b>1.462.490</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Carlos Barbosa - Sicredi Serrana RS  
CNPJ/MF nº 90.608.712/0001-80

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>72.593</b>	-	<b>72.593</b>	<b>148.933</b>	-	<b>148.933</b>	<b>146.392</b>	-	<b>146.392</b>
Operações de Crédito	63.358	-	63.358	126.897	-	126.897	121.992	-	121.992
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	9.235	-	9.235	22.036	-	22.036	24.400	-	24.400
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(52.598)</b>	<b>(623)</b>	<b>(53.221)</b>	<b>(116.585)</b>	<b>(1.053)</b>	<b>(117.638)</b>	<b>(136.454)</b>	<b>(669)</b>	<b>(137.123)</b>
Operações de Captação no Mercado	(41.330)	(86)	(41.416)	(93.741)	(148)	(93.889)	(107.395)	(78)	(107.473)
Operações de Empréstimos e Repasses	(5.536)	(537)	(6.073)	(10.672)	(905)	(11.577)	(10.861)	(591)	(11.452)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.732)	-	(5.732)	(12.172)	-	(12.172)	(18.198)	-	(18.198)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>19.995</b>	<b>(623)</b>	<b>19.372</b>	<b>32.348</b>	<b>(1.053)</b>	<b>31.295</b>	<b>9.938</b>	<b>(669)</b>	<b>9.269</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>600</b>	<b>5.768</b>	<b>6.368</b>	<b>9.374</b>	<b>10.883</b>	<b>20.257</b>	<b>23.527</b>	<b>9.594</b>	<b>33.121</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	8.224	11.282	19.506	15.119	20.599	35.718	12.430	15.380	27.810
Rendas de Tarifas Bancárias	4.796	-	4.796	8.955	-	8.955	7.586	-	7.586
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(23.495)	(2.315)	(25.810)	(45.599)	(3.906)	(49.505)	(40.824)	(2.251)	(43.075)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(14.732)	(2.146)	(16.878)	(28.172)	(3.800)	(31.972)	(25.935)	(2.541)	(28.476)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(26)	(545)	(571)	(90)	(999)	(1.089)	(110)	(744)	(854)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	38.829	379	39.208	84.588	425	85.013	96.916	692	97.608
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(12.996)	(887)	(13.883)	(25.427)	(1.436)	(26.863)	(26.536)	(942)	(27.478)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>20.595</b>	<b>5.145</b>	<b>25.740</b>	<b>41.722</b>	<b>9.830</b>	<b>51.552</b>	<b>33.465</b>	<b>8.925</b>	<b>42.390</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>41</b>	<b>9</b>	<b>50</b>	<b>90</b>	<b>10</b>	<b>100</b>	<b>502</b>	<b>9</b>	<b>511</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>20.636</b>	<b>5.154</b>	<b>25.790</b>	<b>41.812</b>	<b>9.840</b>	<b>51.652</b>	<b>33.967</b>	<b>8.934</b>	<b>42.901</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	-	<b>1.348</b>	<b>1.348</b>	-	<b>(250)</b>	<b>(250)</b>	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	801	801	-	(139)	(139)	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	547	547	-	(111)	(111)	-	-	-
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>20.636</b>	<b>6.502</b>	<b>27.138</b>	<b>41.812</b>	<b>9.590</b>	<b>51.402</b>	<b>33.967</b>	<b>8.934</b>	<b>42.901</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	-	-	-	<b>9.590</b>	<b>(9.590)</b>	-	<b>8.934</b>	<b>(8.934)</b>	-
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>20.636</b>	<b>6.502</b>	<b>27.138</b>	<b>51.402</b>	-	<b>51.402</b>	<b>42.901</b>	-	<b>42.901</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	-	-	-	<b>(40.867)</b>	-	<b>(40.867)</b>	<b>(34.979)</b>	-	<b>(34.979)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(9.263)	-	(9.263)	(9.373)	-	(9.373)
Fates - Estatutário	-	-	-	(4.214)	-	(4.214)	(3.169)	-	(3.169)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(27.390)	-	(27.390)	(20.596)	-	(20.596)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	-	-	-	(1.841)	-	(1.841)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	-	-	-	<b>10.535</b>	-	<b>10.535</b>	<b>7.922</b>	-	<b>7.922</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Carlos Barbosa - Sicredi Serrana RS**  
**CNPJ/MF nº 90.608.712/0001-80**

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2016</b>	<b>78.830</b>	<b>71.088</b>	<b>6.695</b>	<b>156.613</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	6.645	-	(6.645)	-
Outras destinações	-	-	(50)	(50)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.186	-	-	1.186
Baixas de capital	(3.628)	-	-	(3.628)
Resultado do período	-	-	42.901	42.901
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(3.169)	(3.169)
Reserva Legal - Estatutária	-	20.596	(20.596)	-
Juros sobre o Capital Próprio	9.220	-	(9.373)	(153)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.841	(1.841)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2016</b>	<b>92.253</b>	<b>93.525</b>	<b>7.922</b>	<b>193.700</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>13.423</b>	<b>22.437</b>	<b>1.227</b>	<b>37.087</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2017</b>	<b>92.253</b>	<b>93.525</b>	<b>7.922</b>	<b>193.700</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	7.864	-	(7.864)	-
Outras destinações	-	-	(58)	(58)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	471	-	-	471
Baixas de capital	(5.436)	-	-	(5.436)
Resultado do período	-	-	51.402	51.402
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(4.214)	(4.214)
Reserva Legal - Estatutária	-	27.390	(27.390)	-
Juros sobre o Capital Próprio	9.096	-	(9.263)	(167)
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2017</b>	<b>104.248</b>	<b>120.915</b>	<b>10.535</b>	<b>235.698</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>11.995</b>	<b>27.390</b>	<b>2.613</b>	<b>41.998</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não Auditado)</b>	<b>97.715</b>	<b>93.525</b>	<b>24.264</b>	<b>215.504</b>
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	239	-	-	239
Baixas de capital	(2.802)	-	-	(2.802)
Resultado do período	-	-	27.138	27.138
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(4.214)	(4.214)
Reserva Legal - Estatutária	-	27.390	(27.390)	-
Juros sobre o Capital Próprio	9.096	-	(9.263)	(167)
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2017</b>	<b>104.248</b>	<b>120.915</b>	<b>10.535</b>	<b>235.698</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>6.533</b>	<b>27.390</b>	<b>(13.729)</b>	<b>20.194</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Carlos Barbosa - Sicredi Serrana RS**  
**CNPJ/MF nº 90.608.712/0001-80**

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>26.778</b>	<b>52.079</b>	<b>42.773</b>
Resultado do semestre/exercício	27.138	51.402	42.901
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>(360)</b>	<b>677</b>	<b>(128)</b>
(Reversão) Provisão para operações de crédito	1.846	(760)	(398)
(Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	(67)	(50)	(27)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(39)	262	65
Depreciação do imobilizado de uso	1.452	2.576	2.086
Amortização do intangível	895	1.791	1.067
Baixas do ativo permanente	53	93	107
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(71)	661	(50)
Destinações ao FATES	(4.214)	(4.214)	(3.169)
Dividendos SicrediPar	(215)	318	191
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>16.185</b>	<b>100.853</b>	<b>(14.002)</b>
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	-	6	1.431
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	12.769	(9.032)	(162.506)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	11.379	(8)	1
(Aumento) Redução em créditos vinculados	56	87	(90)
Redução em relações com correspondentes	117	14	19
(Aumento) em operações de crédito	(146.912)	(169.116)	(53.994)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	61.979	67.631	16.051
Redução em outros créditos	(6.671)	(11.799)	(6.227)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	385	233	(1.575)
Aumento em depósitos	67.594	209.831	185.352
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	1.830	617	104
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(540)	(25)	(1.224)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(1.153)	(2.541)	(2.364)
Aumento em outras obrigações	15.352	14.955	11.020
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>42.963</b>	<b>152.932</b>	<b>28.771</b>
Aquisição de Investimentos	-	-	(3.163)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.283)	(5.379)	(2.749)
Aplicações no Intangível	(1.605)	(2.607)	(2.045)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(4.888)</b>	<b>(7.986)</b>	<b>(7.957)</b>
Integralização de capital	239	471	1.186
Baixa de capital	(2.802)	(5.436)	(3.628)
Juros ao capital próprio	(167)	(167)	(153)
Distribuição de Sobras	-	(58)	(50)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(2.730)</b>	<b>(5.190)</b>	<b>(2.645)</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>35.345</b>	<b>139.756</b>	<b>18.169</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	787.847	683.436	665.267
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	823.192	823.192	683.436

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Carlos Barbosa - Sicredi Serrana RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 30/10/1985 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
<b>DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS</b>			
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(138.026)</b>	<b>903</b>	<b>(137.123)</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(19.101)	903	(18.198)
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>34.024</b>	<b>(903)</b>	<b>33.121</b>
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(29.111)	635	(28.476)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(25.940)	(1.538)	(27.478)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2018.

## NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

### a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

### b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

### c) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

### d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

### e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

### f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

### g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

### h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

### i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

### j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

### k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

#### **l) Depósitos a prazo**

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

#### **m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

#### **n) Impostos e contribuições**

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSSL, limitados a 30% do lucro tributável.

#### **o) Ativos e Passivos contingentes**

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

#### **p) Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

#### **NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Disponibilidades	<b>20.115</b>	18.089
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	<b>803.077</b>	665.347
Total	<b>823.192</b>	683.436

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

#### **NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	6
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	6
Total realizável a longo prazo	-	6

**NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	2017	2016
Cotas de Fundos de Renda Fixa	215.114	206.082
Total circulante	215.114	206.082

**NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

**a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação**

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	261.679	213.207	474.886	366.650
Financiamentos	35.442	25.568	61.010	51.258
Financiamentos rurais e agroindustriais	152.576	9.467	162.043	110.916
Carteira total	449.697	248.242	697.939	528.824

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	290	-	290	142
Títulos e créditos a receber (i)	30.612	2	30.614	18.973
Total	30.902	2	30.904	19.115

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

**b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco**

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível AA	-	6	1	-	-
Nível A	0,50	215.053	208.911	1.075	1.045
Nível B	1,00	325.667	204.966	3.541	2.050
Nível C	3,00	101.245	53.749	3.037	1.612
Nível D	10,00	50.502	38.689	5.050	3.869
Nível E	30,00	15.323	16.465	4.597	4.940
Nível F	50,00	8.299	8.037	4.150	4.019
Nível G	70,00	2.270	2.087	1.589	1.461
Nível H	100,00	10.478	15.034	10.478	15.034
Total (i)		728.843	547.939	33.517	34.030

Em 31 de dezembro de 2017 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 153 (2016 - R\$ 138).

**c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento**

Setor	2017					2016
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	3.088	51.530	49.246	85.915	189.779	158.350
Rural	120	5.738	146.718	9.467	162.043	110.916
Industrial	664	35.153	51.478	55.025	142.320	93.426
Comércio	351	28.063	46.672	49.271	124.357	97.293
Outros Serviços	373	26.832	34.573	48.566	110.344	87.954
Total	4.596	147.316	328.687	248.244	728.843	547.939

**d) Concentração das operações de crédito**

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	68.060	9,34	46.906	8,56
50 devedores seguintes	129.090	17,71	99.695	18,19
100 devedores seguintes	100.348	13,77	66.340	12,11
Demais	431.345	59,18	334.998	61,14
Total	728.843	100	547.939	100

**e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos**

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	34.168	34.501
Constituição de provisão	12.172	18.198
Movimentação de baixados para prejuízo	(12.670)	(18.531)
Saldo final	33.670	34.168

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 4.891 (2016 - R\$ 3.097), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 25.590 (2016 - R\$ 10.675).

**NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	275	196
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	3.626	3.579
Devedores por depósitos em garantia	2.173	2.265
Impostos e contribuições a compensar	822	818
Títulos e créditos a receber	30.612	18.971
Valores honrados	16	233
Cotas de consórcio	536	549
Operações com cartões	98	118
Pendências a regularizar	67	518
Outros	386	413
Total Circulante	38.611	27.660

Títulos e créditos a receber	2	2
Total realizável a longo prazo	2	2

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

**NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS**

	2017	2016
Bens não de uso próprio	2.500	2.717
Imóveis	2.382	2.346
Veículos e afins	-	203
Bens em regime especial	118	168
Material em estoque	20	27
Despesas antecipadas	22	31
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	-	(50)
Total Circulante	2.542	2.725

**NOTA 10 – INVESTIMENTOS**

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	13.014	13.014
Sicredi Participações S.A.	11.726	11.726
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	24.741	24.741

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	3.802.308 ON	3.802.308 ON	1	1	13.013.521	13.013.521
	7.924.151 PN	7.924.151 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,34%	1,35%	0,61%	0,63%	3,71%	3,71%
Capital social	874.847	869.279	164	165	351.047	351.047
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	361.565	361.513
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	11.726	11.726	1	1	13.014	13.014

**NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL**

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	29.402	(13.201)	16.201	13.492
Imobilizações em curso	-	104	-	104	4.276
Edificações	4%	3.411	(158)	3.253	329
Instalações	10%	11.392	(4.676)	6.716	4.166
Móveis e equipamentos de uso	10%	6.438	(3.484)	2.954	2.514
Sistema de comunicação	10%	326	(189)	137	151
Sistema de processamento de dados	20%	7.047	(4.293)	2.754	1.783
Sistema de segurança	10%	475	(263)	212	161
Sistema de transporte	20%	209	(138)	71	112
Intangível (i)		14.798	(6.947)	7.851	7.035
Investimentos Confederação		14.596	(6.941)	7.655	7.035
Outros ativos intangíveis		202	(6)	196	-
<b>Total</b>		<b>44.200</b>	<b>(20.148)</b>	<b>24.052</b>	<b>20.527</b>

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

**NOTA 12 – DEPÓSITOS**

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	179.573	-	-	179.573	122.046
Depósitos Interfinanceiros	-	-	-	-	54
Depósitos a prazo	35.077	62.838	1.013.034	1.110.949	958.592
<b>Total</b>	<b>214.650</b>	<b>62.838</b>	<b>1.013.034</b>	<b>1.290.522</b>	<b>1.080.692</b>

**NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS**

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	165.598	103.661
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	165.598	103.661
<b>Total circulante</b>	<b>165.598</b>	<b>103.661</b>
Recursos do Crédito Rural	9.888	4.199
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	9.888	4.199
<b>Total exigível a longo prazo</b>	<b>9.888</b>	<b>4.199</b>

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 20/12/2022, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

**NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS**

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	8.746	8.771
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	8.746	8.771
<b>Total circulante</b>	<b>8.746</b>	<b>8.771</b>

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 06/12/2018.

**NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	224	2.726
Obrigações por convênios oficiais	8	7
Provisão para pagamentos a efetuar	11.301	9.335
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	3.688	3.027
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	5.377	5.786
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (ii)	1.016	1.747
Pendências a regularizar	43	494
Operações com cartões	30.123	18.195
Demais fornecedores	1.327	1.337
Credores diversos	1.790	1.629
<b>Total circulante</b>	<b>54.897</b>	<b>44.283</b>
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (ii)	16.984	16.984
<b>Total exigível a longo prazo</b>	<b>16.984</b>	<b>16.984</b>

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital refere-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente"

**NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES**

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	2.984	1.196	(803)	3.377
Cível	43	290	(22)	311
<b>Total</b>	<b>3.027</b>	<b>1.486</b>	<b>(825)</b>	<b>3.688</b>

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	3.377	2.983
Cível	Provável	311	44
<b>Total</b>		<b>3.688</b>	<b>3.027</b>

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 462 e R\$ 1.341 (2016 - R\$ 143 e R\$ 1.740), respectivamente.

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento processos administrativos versando sobre matéria tributária em que discute a incidência do tributo ISSQN. Os processos encontram-se em fase de Recurso Voluntário, tramitando junto à Secretaria de Finanças do município, atingindo o valor de R\$ 1.095, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

**NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	104.248	92.253
<b>Total de associados</b>	<b>100.259</b>	<b>93.528</b>

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 11.995 (2016 – R\$ 13.423), sendo R\$ 16.960 (2016 – R\$ 15.865) via integralização de resultados e R\$ 471 (2016 – R\$ 1.186), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 5.436 (2016 – R\$ 3.628).



**b) Juros ao Capital**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Carlos Barbosa - Sicredi Serrana RS, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 9,76% em Conta Capital, no montante de R\$ 9.263, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

**c) Destinações**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Carlos Barbosa - Sicredi Serrana RS, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 65% foram para a Reserva Legal e 10% para o FATES.

**NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	51.652	42.901
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(21.693)	(18.018)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	4	-
Provisão resgate de milhas cartão	98	21
Provisão PPR	105	11
Receita com atos cooperativos	17.561	14.266
Juros sobre capital próprio	3.890	3.937
Outros	(215)	(217)
Subtotal	21.443	18.018
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(250)	-

**NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	-	6
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	215.114	206.082
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	803.077	665.347
Outros Créditos - Rendas a receber	2.250	1.508
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	3.647	3.695
Investimentos (Nota 10)	24.741	24.741
Intangível (Nota 11)	7.655	7.035
<b>Passivo</b>		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	-	54
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	175.486	107.860
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	8.746	8.771
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	30.078	17.946
Principal e juros dívida subordinada	18.000	18.731
<b>Receitas</b>		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	22.036	24.400
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	13.000	10.437
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	75.353	84.027
<b>Despesas</b>		
Operações de Captação no Mercado	-	9
Operações de Empréstimos e Repasses	11.577	11.452
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	1.459	1.310
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	14.813	11.942

**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	170	0,09%	85
Depósitos a prazo	1.143	0,10%	980
Operações de crédito	414	0,06%	426

**c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	2.364	2.110

**NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	757	775
Despesa de aluguéis	4.240	3.770
Despesa de comunicação	1.881	1.554
Despesa de manutenção e conservação	1.719	1.677
Despesa de material	658	513
Despesa processamento dados	870	701
Despesa de promoções e relações públicas	3.189	2.034
Despesa de propaganda e publicidade	408	420
Despesa de seguro	242	208
Despesa de serviços do sistema financeiro	4.268	3.398
Despesa de serviços de terceiros	880	968
Despesa de serviços de vigilância e segurança	2.294	2.063
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.843	1.666
Despesa de serviços de transportes	1.602	1.192
Despesa de viagem	100	144
Outras despesas administrativas	7.021	7.393
Total	31.972	28.476

**NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	1.759	3.425
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	74.191	81.995
Reversão de provisões operacionais	5.712	8.243
Outras rendas operacionais	3.351	3.945
Total	85.013	97.608

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

**NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	2.199	2.311
Contribuição O.C.E.	109	93
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	578	460
Contribuição Confederação Sicredi	9.958	7.372
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	1.084	1.028
Contribuição Sureg	-	1
Encargos da administração financeira	420	463
Repasse administradora de Cartões	993	1.004
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.784	1.078
Outras provisões operacionais	5.857	9.005
Outras despesas operacionais	3.881	4.663
Total	26.863	27.478

**NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	254.353	184.405
Coobrigações em cessões de crédito	13	14
Total	254.366	184.419

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

**NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS**

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

**I - Risco Operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

**II - Risco de Mercado**

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

**III - Risco de Liquidez**

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

#### IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

#### V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

#### VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

**NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

<b>Limites operacionais</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>241.037</b>	205.473
<b>Nível I (NI)</b>	<b>230.237</b>	190.488
<b>Capital principal - CP</b>	<b>230.237</b>	190.488
Capital social	<b>104.248</b>	92.253
Reservas de capital	<b>120.915</b>	93.525
Lucros acumulados	<b>10.535</b>	7.922
Ajustes Prudenciais	<b>(5.461)</b>	(3.212)
<b>Nível II (NII)</b>	<b>10.800</b>	14.985
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	<b>10.800</b>	14.985
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>1.208.873</b>	897.754
<b>Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária</b>	<b>619</b>	596
<b>Margem de Capital (i)</b>	<b>113.486</b>	116.223
<b>Índice de Basileia (PR / RWA)</b>	<b>19,94%</b>	22,89%
Situação de Imobilização (Imob)	<b>18.593</b>	17.316
<b>Índice de Imobilização (Imob / PR)</b>	<b>7,71%</b>	8,43%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

**NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS**

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

---

Odair Dalagasperina  
Diretor Executivo  
CPF: 729.708.980-04

---

Daniel Ferranti  
Diretor de Operações  
CPF: 980.500.100-82

---

Eduardo Netto Sarubbi  
Contador  
CRC: RS-060899/O-8  
CPF: 694.157.650-20